



ATA CSDP Nº 07 DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA – ANO 2016. -----

No dia 18 de abril de 2016, às 11:00 h., na cidade de Juiz de Fora, sede da regional Mata I, reuniu-se o egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos excelentíssimos senhores conselheiros: Christiane Neves Procópio Malard, presidente do CSDP, Wagner Geraldo Ramalho Lima, subdefensor público-geral, Ricardo Sales Cordeiro, corregedor-geral, Galeno Gomes Siqueira, secretário do CSDP, Fernando Campelo Marteletto, Érika Almeida Gomes, Fernando Orlan Pires Resende, Marco Túlio Frutuoso Xavier e Eduardo Cyrino Generoso, presidente da Adep. Ausente justificadamente o conselheiro Thiago Dutra Vaz de Souza, em gozo de férias.-----

Havendo *quorum* regimental, a Dra. Christiane declarou aberta a sessão. Em seguida, parabenizou a todos, falou do ineditismo da sessão, nominou os conselheiros um a um e os parabenizou; cumprimentou as coordenadoras Ana Lúcia e Gilmara Andrade, colegas defensores da regional Mata I; agradeceu a presença dos servidores; citou defensores presentes; agradeceu a assessoria de comunicação e a assessoria militar. Fez menção à Deliberação nº 043/2013, que trata do Conselho itinerante; disse que todos os conselheiros se manifestaram sobre a necessidade de inaugurar as sessões itinerantes; justificou o atraso em razão da disponibilidade orçamentária; disse que fez esforços para implementar depois de registrar a prioridade pelos conselheiros; disse que reuniu esforços para cumprir a deliberação. Cumprimentou o defensor Sérgio Augusto Riani do Carmo pela apresentação da proposta quando este foi conselheiro no biênio 2009 a 2011; fez a leitura dos considerandos da Deliberação; falou do objetivo de aproximar a administração superior dos defensores; mencionou as coordenadoras Ana Lúcia e Gilmara, que já foram conselheiras; também fez menção à defensora Jeanne, que também foi conselheira; falou da felicidade de estar participando da sessão itinerante; disse que apesar das dificuldades, viabilizou-se a realização da sessão; que isto só foi possível em razão do aumento da rubrica de custeio; registrou a alegria de estar realizando a sessão em uma defensoria tão importante, como Juiz de Fora, com 29 defensores, atuando em todas as áreas. Disse que a sede da Defensoria é antiga, mas bem localizada; falou da reestruturação das redes lógicas e elétricas da sede de Juiz de Fora; mencionou dados da obra e da licitação para tanto; parabenizou a Defensoria de Juiz de Fora pela brilhante atuação, de todos os defensores, sem exceção; disse que sabe das dificuldades enfrentadas; falou da reunião que participará no dia 19 de abril com o prefeito Bruno para tentativa de construção da sede própria.-----

O conselheiro Wagner cumprimentou a todos; os defensores de Juiz de Fora cumprimentou nas pessoas das coordenadoras Ana Lúcia e

1



Gilmara Andrade; cumprimentou todos os conselheiros, o presidente da Adep, Eduardo Generoso; cumprimentou o defensor Sérgio Riani pela iniciativa da proposta do Conselho itinerante; disse que todas as vezes que há integração a Defensoria cresce. Discorreu sobre as questões financeiras e orçamentárias; falou do momento difícil, tanto político como econômico; falou da pauta contendo itens importantes, complexos, a serem enfrentados; disse ter a certeza de que a pauta será cumprida; agradeceu a oportunidade de estar em Juiz de Fora; disse que esta é a primeira vez que está na Defensoria de Juiz de Fora; que é raro o defensor geral e o subdefensor viajarem juntos; que sempre um tem que ficar na sede em Belo Horizonte.-----

O conselheiro Ricardo cumprimentou a todos; falou da honra e da felicidade de estar participando da sessão, sendo este um momento muito especial; falou que a ideia do Conselho itinerante foi muito exitosa; parabenizou o defensor Sérgio Riani pela iniciativa; disse que é uma oportunidade que os colegas e a administração tem de estar em contato, trocar ideias, conhecer a experiência de todos; disse que gostaria de cumprimentar a todos, um a um, mas que como são muitos, os cumprimentava nas pessoas das coordenadoras Ana Lúcia e Gilmara. Pediu licença à presidência e disse que com muita honra foi reconduzido como corregedor; aproveitava a oportunidade para prestar contas do primeiro mandato; disse que quando assumiu a corregedoria a principal ênfase foi a orientação funcional; ponto muito importante na sua opinião; que gera segurança ao defensor; disse que desde o início da gestão procura tornar a corregedoria um órgão transparente, acessível aos colegas; que oportunizaram um número maior de correições como forma de aproximar a corregedoria dos defensores; disse que percorreu cerca de 52 defensorias, viajando muito pelo interior; falou que fez a reedição do manual de atuação da Defensoria, que vai ser mais robusto, que vai trazer o passo a passo da Defensoria, sendo este trabalho feito a várias mãos e que deverá apresentá-lo no final de maio e início de junho; falou da modernização interna da corregedoria; falou do procedimento "on line" dos relatórios, forma de tornar mais ágil, célere, a atividade; disse que também será informatizado o procedimento disciplinar; que deverá apresentar em breve o TACD - termo de Ajustamento de Conduta Disciplinar, para reduzir o número de processos; que o TACD é mais pedagógico; disse que vai apresentar manual de atuação das comissões processantes e o regimento interno da corregedoria e que ela está a disposição de todos.-----

O conselheiro Galeno cumprimentou a todos; falou do momento histórico da sessão; agradeceu a acolhida dos colegas de Juiz de Fora; cumprimentou, agradeceu e parabenizou as coordenadoras Gilmara e Ana Lúcia; cumprimentou o defensor Sérgio Riani e o parabenizou pela iniciativa da proposta quando conselheiro;



parabenizou o conselheiro Fernando Marteletto pela luta em defesa da implementação das sessões itinerantes e parabenizou também a Dra. Christiane por viabilizá-las.-----

O conselheiro Fernando Marteletto cumprimentou a todos; falou da Deliberação nº 043/2013, dos seus objetivos, disse que ela traz dignidade institucional aos defensores; falou dos princípios institucionais; disse que precisamos ter uma unidade nacional; falou da necessidade de maior aproximação da administração superior com os defensores; falou da 3ª sessão ordinária de 2014 onde foi feito um encaminhamento pela implementação das sessões itinerantes e que tal encaminhamento foi reiterado por outras duas vezes; mencionou a necessidade de se implementar a Deliberação; mencionou sobre a luta para que a Deliberação saísse do papel; da felicidade em estar participando desta sessão histórica. Em relação ao defensor Sérgio Riani, fez uma homenagem ao mesmo pelas ideias inovadoras, pela contribuição dada à carreira; citou Bertoldo Brecht sobre a imprescindibilidade das pessoas que lutam sempre; falou da imprescindibilidade das ideias do defensor Sérgio Riani, agradecendo-o mais uma vez pela iniciativa; disse que a sessão itinerante é um marco na vida da Defensoria Pública; que espera que isto se torne uma rotina, sendo também uma demonstração de que o Conselho Superior não é um órgão decorativo, não é "longa manus" da defensoria geral. -----

A conselheira Érika cumprimentou a todos; agradeceu a presença dos colegas da regional Mata I e II; disse da felicidade de participar da sessão e da importância da participação de todos os defensores; disse que a luta pela melhoria da Defensoria é atribuição de todos; que só com o trabalho conjunto é possível melhorar a instituição; parabenizou o defensor Sérgio Riani pela iniciativa da proposta; falou que as sessões permitem que possamos conhecer melhor cada comarca; disse que não sabemos às vezes com qual estrutura os colegas trabalham; que espera que possamos visitar as demais comarcas; parabenizou a Adep pelo trabalho incansável; disse reconhecer o trabalho realizado pela Adep; agradeceu a receptividade na Defensoria de Juiz de Fora.-----

O conselheiro Fernando Orlan cumprimentou a todos; parabenizou o corregedor Ricardo Sales pela recondução ao cargo; o parabenizou pela mudança de paradigma da corregedoria; mencionou o caráter pedagógico da corregedoria; falou da reunião histórica, do momento histórico; cumprimentou todos os defensores; agradeceu a presença de todos; cumprimentou o Eduardo Generoso, presidente da Adep; parabenizou o defensor Sérgio Riani pela ideia da sessão itinerante; disse achar muito produtivo a administração ir ao encontro dos defensores públicos; falou da distância que existe entre as diversas unidades; falou que a administração superior é composta pelo



gabinete, pela corregedoria e pelo Conselho; disse que hoje todos os órgãos estão representados na sessão; pediu a Deus para abençoar a nossa sessão e esperar que ela seja muito produtiva.-----

O conselheiro Marco Túlio cumprimentou a todos; falou do momento de democratização da administração superior; disse que é importante para o nosso crescimento; falou da necessidade de valorização do defensor mineiro; agradeceu o defensor Sérgio Riani pela ideia em 2013; a sessão é uma forma de aproximar a administração superior dos defensores do interior; colocou-se à disposição de todos; disse que o canal do Conselho Superior é sempre aberto a todos; que os conselheiros estão sempre aptos a ouvir.-----

Eduardo Generoso, presidente da Adep, cumprimentou a todos; disse que hoje fazemos algo que já deveria ter sido feito há mais tempo; falou da importância de estarmos perto do defensor; parabenizou o defensor Sérgio Riani pela ideia da Deliberação; vê com muita satisfação a sua implementação; disse que o colegiado trabalhou para viabilizar a sessão; mencionou as filmagens das sessões; disse que continua à disposição para o que for necessário.-----

A coordenadora Ana Lúcia cumprimentou a todos; agradeceu a confiança depositada nela; parabenizou o defensor Sérgio Riani pela iniciativa; disse que o Conselho Superior é o órgão garantidor; que a segurança jurídica da Instituição se faz pelo Conselho Superior; pediu que sempre prevaleça a legalidade; que a proximidade dos órgãos da administração superior é sempre benéfica; desejou que os pleitos sejam apresentados de forma inovadora, já que estamos às portas de uma eleição; colocou-se à disposição para o necessário; fez os agradecimentos pela sorte de ser a primeira contemplada, a regional Mata I; agradeceu os colegas da regional.-----

A conselheira Gilmara parabenizou a todos; agradeceu o defensor Sérgio Riani pela iniciativa da proposta; disse que a interiorização é uma forma de aproximar os colegas da administração superior; falou da alegria em ser sorteados como a primeira regional a receber a sessão itinerante; desejou que seja uma constante na nossa vida institucional; fez coro ao que a Ana Lúcia colocou, já que esta sempre deixa o recado de forma rápido, breve; também deixou o seu recado: o mais importante é trilhar juntos, caminhar juntos; divergência sempre haverá; não podemos nos afastar nunca da questão central: a Defensoria Pública; disse que temos que trabalhar em prol do nosso crescimento; que a união é imprescindível; desejou sucesso na sessão; sobre a questão dos servidores, disse que precisamos resolvê-la urgentemente; que o nosso maior problema é a área meio, ausência de pessoal de apoio; que os servidores estão desestimulados; conclamou a todos em prol desta aproximação; disse que espera que com muita brevidade possamos abrir o nosso processo seletivo e contratar mais servidores.-----



O defensor Sérgio Riani cumprimentou a todos; agradeceu os colegas; confessou a emoção; disse que hoje é a realização de algo muito importante na sua vida; é uma data histórica para a Defensoria Pública; disse que pela primeira vez estamos realizando a sessão do Conselho no interior; é mais uma democratização interna da Defensoria Pública; disse que as sessões já vinham sendo gravadas, mas assistir pessoalmente é muito melhor; disse que teve a ideia em 2012; que é uma vitória institucional; é uma forma de integrar o interior às questões de fundo da administração superior; disse que as vezes mentes brilhantes ficam esquecidas; que era necessário que o defensor pudesse se aproximar mais da administração superior; falou da necessidade e das dificuldades dos colegas deslocarem-se até a capital; que a sessão de hoje é algo mais formal, mais solene; que ideias estão sendo debatidas; que algo está sendo construído; agradeceu o momento tão especial, e pelo fato da sessão ser realizada em Juiz de Fora, sua cidade natal; disse torcer para que um dia possa ser removido para Juiz de Fora; agradeceu a Dra. Christiane, que a despeito das dificuldades, topou executar a sessão itinerante do Conselho Superior; agradeceu o conselheiro Fernando Martelletto pelas palavras elogiosas e disse que ele pegou as rédeas para que a Deliberação saísse do papel; parabenizou-o pela coragem de conclamar os demais colegas; agradeceu o conselheiro Galeno pela ajuda, sempre positiva, desde o dia em que apresentou a proposta; disse que o interior deseja ter voz, protagonismo, integração e sobretudo união; apenas com união iremos caminhar com passos mais largos.-----

O defensor Maycol Lacerda cumprimentou a todos; fez requerimento de alteração da Deliberação nº 011/2009, relativamente à Defensoria de Ubá; falou que abstratamente há previsão de 5 órgãos de atuação; que já nasceu desatualizada; que a realidade de Ubá mudou substancialmente; Ubá é hoje o segundo maior polo moveleiro do Brasil; que a cidade gira muitos recursos; Ubá é um micropolo regional; pediu alteração da Deliberação nº 011; disse que se baseou nos dados do IBGE; que Ubá hoje possui 150.000 habitantes; que este número é três vezes maior do que o indicado pelo III diagnóstico das Defensorias Públicas; citou a Defensoria de Araguari com 9 cargos e 120.000 habitantes; Muriáe com 8 cargos; São João Del Rey com 7 cargos, abstratamente; que Ubá é comarca de entrância especial e é sede de 2ª instância de turma recursal.-----

A defensora Eliane Spindola, coordenadora da regional Mata II, agradeceu a todos; parabenizou os defensores da regional Mata I; parabenizou a Dra. Ana Paula, a quem considera como uma irmã; parabenizou defensor Sérgio Riani pela iniciativa da proposta; disse que a Defensoria Pública é única; que a sessão aproxima o defensor da administração superior; disse que precisamos de união, em todos



os sentidos; da administração geral com o Conselho, com a Adep; disse que os defensores trabalham muito e não tem como exigir mais deles; disse que todos estão assoberbados; que exigir mais é impor um sofrimento a mais; que a realidade é que todas as comarcas estão defasadas; pediu que na medida do possível as vagas sejam providas.-----

Em seguida, passou aos informes da defensoria geral, oportunidade na qual a Dra. Christiane falou sobre as inaugurações de novas unidades da DPMG, no início do mês de abril, nas comarcas de Santa Luzia, Vespasiano e Ibirité, na RMBH, que já estavam em funcionamento desde novembro de 2015, com a entrada dos defensores oriundos do VII concurso. Disse, ainda, sobre a inauguração da nova estrutura da unidade em Uberlândia e sobre as obras de reestruturação da unidade em Juiz de Fora. Christiane Malard explicou que a proposta da defensoria geral é equalizar a estruturas das comarcas com as mesmas características, tais como índice populacional e IDH. Informou sobre as reuniões com representantes do Governo Federal: o ministro-chefe de gabinete da Presidência da República, Jacques Wagner; a subchefe de Análise e Acompanhamento de Política Governamental da Casa Civil, Ester Dweck, tendo como objeto a discussão do percentual destinado às Defensorias Públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal. A defensora-geral ressaltou que, Condege e Anadep, apresentaram, em conjunto, emendas ao texto original do PLP 257/2016, visando garantir a autonomia da Instituição, necessidade de crescimento e cumprimento da EC 80/2014. Ressaltou, também, que 19 das 27 Defensorias Estaduais já trabalham com o percentual acima do limite previsto no projeto de lei. Destacou, também, a reunião com a assessora especial da presidência do STF e 1ª vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Consumidor (Brasilcon), Amanda Flavia de Oliveira. Sobre o Planejamento Estratégico, disse que a proposta foi apresentada aos coordenadores regionais e para alguns coordenadores locais, durante o II Encontro de coordenadores regionais, realizado na sede. A defensora-geral lembrou que o eixo principal do encontro deste ano foi, exatamente, a coleta de informações das Defensorias Públicas do interior e metropolitana, visando a construção do Planejamento Estratégico da Instituição. Informou que no dia 28 de abril, às 15 horas, durante a reunião extraordinária do Conselho Superior, a proposta será apresentada aos conselheiros e, no dia 29 de abril, para a corregedoria geral da DPMG. Ressaltou a importância da participação de todos os membros da Instituição na construção do referido projeto que tem como objetivo, a partir das propostas e ideias apresentadas, redesenhar os conceitos de visão, missão e valores da Defensoria Pública mineira. Convidou a todos a participarem da solenidade de posse do corregedor-geral da DPMG,



Ricardo Sales Cordeiro, reconduzido ao cargo para o biênio 2016-2018, que acontece no dia 28 de abril, no auditório da Unidade I, na Capital, às 11 horas. Na oportunidade, parabenizou Ricardo Sales pela reeleição. Noticiou que, a partir de precedentes das Defensorias Públicas de Alagoas, Piauí, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, a DPMG formulou consulta ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) relacionada à Lei de Responsabilidade Fiscal, para que a Defensoria Pública possa utilizar os recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual. Lembrou que a questão já vinha sendo tratada no Conselho Superior. Disse ainda, que a consulta foi distribuída em 13/04 e será submetida ao plenário do TCE. Sobre as comemorações dos 40 anos da Defensoria Pública, que acontecem no mês de maio, durante as comemorações da Semana da Defensoria Pública, apresentou o banner alusivo à data e pediu apoio aos demais defensores públicos, sugerindo a realização, em suas comarcas, de audiências públicas para debater o papel da Instituição e seus 40 anos de atuação. Ressaltou a importância, para a imagem da DPMG, do resgate da data de aniversário da Instituição. Explicou que, para chegar à data, foi feito um estudo histórico e usado como base o Decreto nº 18.025 de 04 de agosto de 1976, quando a Procuradoria de Assistência Judiciária passou a ser denominada Defensoria Pública. Fonte: Ascom / DPMG (20/04/2016).-----

A conselheira Érika indagou sobre contrapartida remuneratória e de estruturação pelo PJE e participação nas audiências de custódia.-----

A Dra. Christiane disse que para o PJE foi necessário renovar o parque tecnológico todo.-----

A conselheira Érika indagou sobre o que há de concreto para a classe.-----

A Dra. Christiane disse que há perspectiva de promoções e auxílio alimentação.-----

O conselheiro Marco Túlio indagou sobre quantas promoções seriam e de quanto será o auxílio alimentação.-----

A Dra. Christiane disse que não há como dizer no momento sobre o número de promoções, mas que será o número igual para todas as classes. Quanto ao auxílio alimentação seria na faixa de R\$799,00.---

O conselheiro Marco Túlio indagou do motivo da consulta ao TCE ter sido feita apenas agora, quando em dezembro já havia sido indicada esta solução, quando deu o exemplo da Defensoria de Alagoas.-----

A Dra. Christiane disse que tem que ter o momento certo; que Minas tem certas peculiaridades; disse que este feeling é do administrador.

O presidente da Adep, Eduardo Generoso, indagou quanto ao projeto de reforma da LC 65, se há alguma notícia a respeito do seu trâmite.-

A Dra. Christiane disse que sabe que tem um parecer favorável, mas não teve acesso a ele ainda.-----



O conselheiro Fernando Marteletto disse que o resgate da história é tão caro; deixou registrado que não iria polemizar, mas a questão dos 40 anos da Defensoria deve ser debatida; disse que o próprio diagnóstico da Defensoria Pública mencionava que a criação é de 1981; disse que voltará em um futuro breve neste ponto.-----

O presidente da Adep, Eduardo Generoso, disse que encaminhará estudo sobre o assunto ao Conselho.-----

A Dra. Christiane disse que tais questionamentos poderiam ter sido feitos antes de comemorar os 39 anos, que teve a presença do governador, deputados e outras autoridades. Perguntou: o que será feito dos atos pretéritos se o Conselho entender que a data está errada? Vão ser anulados? -----

O conselheiro Galeno disse que independente de ser 35 ou 40 anos, a questão tem que ser debatida com a classe e passar pelo crivo do Conselho Superior.-----

Eduardo Generoso ressaltou que o tal estudo não foi apresentado ao Conselho; que não se trata de desfazer nada; que a questão apenas deveria ter sido debatida com a classe e com o Conselho. Em seguida, falou do encontro regional da Adep em Juiz de Fora; pediu atenção especial à Defensoria de Matias Barbosa, onde o juiz pediu a sala ocupada; falou da questão da segurança da Defensoria de São João Nepomuceno; falou do excesso de trabalho, questão de saúde, dos Defensores de Santos Dumont. Pediu providências.-----

A sessão foi suspensa para almoço às 13:36 h.-----
Retomada dos trabalhos às 15:20 h.-----

Relativamente ao item 3, da pauta, normatização da licença maternidade e ampliação licença paternidade, o conselheiro Fernando Marteletto abriu mão da relatoria do procedimento nº 011/2016, em favor do conselheiro Fernando Orlan, já que este foi escolhido relator dos procedimentos 07 e 08/2016, que tratam da mesma matéria, por prevenção.-----

O conselheiro Fernando Orlan, disse que analisando detidamente os procedimentos e com a ajuda do conselheiro Fernando Marteletto, pediu prazo para apresentar uma forma de ampliarmos também a licença paternidade, para os funcionários públicos e dentro da legalidade; pediu para incluir na próxima sessão; disse que a lei concedeu apenas às servidoras públicas. Assim, foram os procedimentos retirados de pauta, para melhor análise acerca da legalidade, com o compromisso do retorno à próxima pauta ordinária.-----

Relativamente ao item 4, da pauta, sobre a constitucionalidade ou não do art. 49, do anteprojeto, a Dra. Christiane fez uma retrospectiva da tramitação interna deste; disse que ficou tão somente a discussão da constitucionalidade; disse que o



entendimento da comissão é no sentido da inconstitucionalidade e pela sua supressão.-----

Em seguida foi dada a palavra à servidora Dioneia, tendo esta dito que é servidora e que há 35 anos presta serviços à Defensoria Pública; que nasceu junto com a Defensoria Pública; que não quer aposentar com o salário que recebe hoje, pois acha injusto, indigno; que precisa do Conselho; que quer contar com o Conselho; que precisa aposentar-se com dignidade; que o conselho aqui reunido é o único canal disponível.-----

A Dra. Christiane parabenizou a servidora Dioneia pela explanação e disse que a causa do defensor é a mesma do servidor.-----

O conselheiro Galeno e a coordenadora Maria Valéria discorreram sobre a reunião da comissão realizada e que houve consenso no reconhecimento da inconstitucionalidade do art. 49, do anteprojeto de lei da área meio, principalmente face à súmula vinculante nº 43/2015, do STF. Colocada a matéria em discussão, o resultado foi o seguinte: conselheiro Wagner, pela inconstitucionalidade; conselheiro Ricardo, pela inconstitucionalidade; conselheiro Galeno, pela inconstitucionalidade; conselheiro Fernando Marteletto, abstenção; conselheira Érika, pela inconstitucionalidade; conselheiro Fernando Orlan, pela inconstitucionalidade e conselheiro Marco Túlio, pela inconstitucionalidade. Resultado, por maioria foi reconhecida a inconstitucionalidade do art. 49, do anteprojeto de lei da área meio, devendo o mesmo ser suprimido.-----

O conselheiro Fernando Marteletto sugeriu que se reajustasse as tabelas de vencimentos quando do encaminhamento do anteprojeto à Seplag, por defasagem.-----

A Dra. Christiane agradeceu os conselheiros pela participação na discussão do anteprojeto, que será encaminhado ao gabinete para as providências futuras.-----

Eduardo Generoso, presidente da Adep, disse que acredita que agora o anteprojeto vai caminhar.-----

Quanto ao item 5, procedimento nº 16 de 2016, foi dada a palavra ao relator, conselheiro Ricardo Sales, que o apresentou na forma do art. 18, I, para suas considerações. Este discorreu sobre a informatização dos relatórios do estágio probatório; especificamente o que se vai alterar é a supressão da gravação em CD e remessa à corregedoria; vai se extinguir a pasta física; fez uma leitura breve dos motivos e dos principais pontos da minuta de Deliberação apresentada.-----

O conselheiro Galeno indagou se a informática já está apta a proceder a alteração, tendo o conselheiro Ricardo dito que sim, dentro dos prazos fixados.-----



O conselheiro Wagner sugeriu, no art. 9º, § 2º, a alteração para não estável; quanto ao art. 13, § 2º, a redação é novo prazo e em relação ao art. 22, § 1º, a redação é no prazo de 5 dias.-----

Dada a palavra ao revisor, conselheiro Galeno, o mesmo fez as suas considerações e adotou o relatório do conselheiro Ricardo, parabenizando-o pela iniciativa e pela excelência dos trabalhos.-

O conselheiro Fernando Marteletto pediu alguns esclarecimentos ao relator, sendo prontamente atendido e dando-se por satisfeito.-----

Colocada a matéria em votação, foi a mesma aprovada à unanimidade.-----

O conselheiro Marco Túlio parabenizou o corregedor pelo trabalho; disse que é um pleito desde o VI concurso e também congratulou o Conselho pela aprovação de tão importante matéria.-----

Quanto ao item 7, informações sobre os trabalhos de reforma do Regimento interno do Conselho, foi dada a palavra à conselheira Érika, que discorreu sobre o Regimento em vigor e que apresentou requerimento para sua reforma; disse que foi criada uma comissão para análise da reforma do Regimento; falou sobre a questão da metodologia: se começa do zero ou se faz reformas pontuais; disse que optaram por manter o texto, reformando-o por capítulo e submetido a consulta à classe; a metodologia a ser adotada será a das reformas pontuais, aproveitando o Regimento anterior.-----

A conselheira Érika avocou todos os procedimentos que estão em curso no Conselho e que tratam da reforma do Regimento interno, o que foi aceito por todos.-----

O conselheiro Fernando Marteletto sugeriu que a consulta à classe fosse feita de forma global.-----

A conselheira Érika falou dos avanços nos trabalhos de informatização dos procedimentos e pediu que na próxima sessão fosse discutida a necessidade de uma assessoria para o Conselho, com bacharelado em direito.-----

Relativamente ao item 6, edital de abertura das eleições para a formação da lista tríplice de defensor público geral, após debates e sugestões, foi aprovada a minuta apresentada, com pequenas variações no texto e de datas.-----

Quanto ao item 8, da pauta, discussão para formação das comissões das câmaras de estudos, de que trata a Deliberação nº 22/2015, decidiu-se pela abertura de consulta aos interessados, para a escolha na próxima sessão ordinária.-----

A Dra. Christiane pediu estudos sobre a Deliberação nº 22 de 2015 e sugeriu pautar as indicações para a próxima sessão ordinária, dentro dos critérios previstos na própria Deliberação.-----

Decidiu-se que a próxima sessão ordinária do Conselho Superior, a 5ª de 2016, será realizada no dia 06 de maio.-----



Em seguida, a Dra. Christiane elogiou os colegas de Juiz de Fora e os agradeceu, extensivo aos demais membros do Conselho.-----
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 20:10 h., lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores conselheiros. Juiz de Fora, 18 de abril de 2016.

Christiane Neves Procópio Malard
Christiane Neves Procópio Malard *Wagner Geraldo Ramalho Lima*
Wagner Geraldo Ramalho Lima

Ricardo Sales Cordeiro
Ricardo Sales Cordeiro

Galeno Gomes Siqueira
Galeno Gomes Siqueira

Fernando Campelo Marteletto
Fernando Campelo Marteletto

Érika Almeida Gomes
Érika Almeida Gomes

Fernando Orlan Pires de Resende
Fernando Orlan Pires de Resende

Marco Túlio Frutuoso Xavier
Marco Túlio Frutuoso Xavier

Eduardo Cyrino Generoso
Eduardo Cyrino Generoso